

RuasInvest S.A.

**Demonstrações Financeiras em
31 dezembro de 2025 com Relatório do Auditor
Independente**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e diretores da
RuasInvest S.A.
São Paulo – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da RuasInvest S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da RuasInvest S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto - SP, 31 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP

DocuSigned by
Giovanni Ricardo Pigatto
Signed by: GIOVANNI RICARDO PIGATTO/1620062871
CPF: 1620062871
Signed Time: 3/31/2026 18:12:20 PM BRT
C: KPMG Brasil, CUI: Profissional
C: BR
Name: AC Cartridge RFB US
026194482C34690...

Giovanni Ricardo Pigatto
Contador CRC 1SP263189/O-7

RuasInvest S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	132.277	194.209	138.100	194.312
Títulos e valores mobiliários	4	55.663	24.720	55.663	24.720
Contas a receber de clientes	5	75	83	799	640
Impostos a recuperar		13.844	7.517	14.307	7.726
Empréstimos – partes relacionadas	6	-	29	-	29
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	8	311.848	140.114	311.848	140.114
Outros ativos	9	2.484	4.611	2.934	4.494
Total do ativo circulante		516.191	371.283	523.651	372.035
Não circulante					
Tributos diferidos	21	57.285	57.285	57.285	57.285
Títulos e valores mobiliários	4	56.332	76.907	56.332	76.907
Outros ativos	9	48	48	48	48
Adiantamento para futuro aumento de capital	6	8.000	-	8.000	-
		121.665	134.241	121.665	134.241
Investimentos	7.4	1.419.799	1.200.060	1.395.861	1.199.489
Imobilizado e direito de uso	10	113.132	150.676	113.947	150.755
Intangível	11	49.039	51.668	49.072	51.677
		1.581.970	1.402.404	1.558.880	1.401.921
Total do ativo não circulante		1.703.635	1.536.645	1.680.545	1.536.162
Total do ativo		2.219.826	1.907.928	2.204.196	1.908.197

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

RuasInvest S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		2.052	1.533	2.409	1.622
Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento	12	112.671	15.859	112.977	15.859
Impostos e contribuições a recolher		715	596	1.006	614
Obrigações sociais e trabalhistas		375	642	694	708
Dividendos e juros sobre o capital próprio	8	179.474	89.346	184.988	89.346
Outros passivos	13	13.769	34.117	13.887	34.213
Total do circulante		309.056	142.093	315.961	142.362
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento	12	196.795	322.880	197.039	322.880
Dividendos e juros sobre capital próprio	8	146.038	-	146.038	-
Instrumento financeiro derivativo	22.b	15.284	42.435	15.284	42.435
Empréstimos - partes relacionadas	6.f	22.779	12.000	-	12.000
Provisão para perdas em investimentos	7	5.111	5.425	5.111	5.425
Outras contas a pagar	13	100.424	82.642	100.424	82.642
Total do não circulante		486.431	465.382	463.896	465.382
Total do passivo		795.487	607.475	779.857	607.744
Patrimônio líquido					
Capital social	15	463.897	463.897	463.897	463.897
Reserva de lucros		892.883	816.736	892.883	816.736
Ajuste de avaliação patrimonial		67.559	19.820	67.559	19.820
Total do patrimônio líquido		1.424.339	1.300.453	1.424.339	1.300.453
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.219.826	1.907.928	2.204.196	1.908.197

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

RuasInvest S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais), exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	16	773	2.380	3.268	2.984
Custos dos serviços prestados	17	-	-	(3.351)	(3.389)
Lucro (prejuízo) bruto		773	2.380	(83)	(405)
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas e com vendas	18	(63.583)	(62.213)	(65.183)	(63.231)
Outras despesas operacionais	19	(2.674)	(2.648)	(2.680)	(2.648)
Outras receitas operacionais	19	7.523	16.799	7.523	16.799
Resultado operacional		(57.961)	(48.062)	(60.423)	(49.080)
Resultados financeiros					
Receitas financeiras	20	114.780	39.979	114.998	39.985
Despesas financeiras	20	(71.453)	(150.036)	(71.460)	(150.045)
Resultado financeiro, líquido		43.327	(110.057)	43.538	(110.060)
Resultado de equivalência patrimonial	7	542.947	298.913	541.421	286.706
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		528.313	143.174	524.536	127.161
Imposto de renda e contribuição social	21				
Correntes		-	-	(133)	-
Diferidos		-	22.721	-	22.721
Lucro líquido do exercício		528.313	165.895	524.403	149.881
Atribuível a:					
Acionistas controladores da Companhia		528.313	165.895	524.403	146.884
Participação dos não controladores		-	-	-	2.997
		528.313	165.895	524.403	149.881
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)	15	1,14	0,36		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

RuasInvest S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício		528.313	165.895	524.403	149.881
Outros resultados abrangentes:					
Mudança no valor justo dos ativos financeiros	15, 23	50.986	10.379	50.986	10.379
Participação no resultado abrangente da investida	7	(3.246)	(4.663)	(3.246)	(4.663)
Total de outros resultados abrangentes, líquido		47.740	5.716	47.740	5.716
Total do resultado abrangente		576.053	171.611	572.143	155.597
Atribuível a:					
Acionistas controladores da Companhia		576.053	171.611	572.143	153.108
Participação dos não controladores		-	-	-	2.489
		576.053	171.611	572.143	155.597

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

RuasInvest S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		431.000	32.897	51.954	638.288	14.103	-	1.168.242
Aumento de capital social	15	32.897	-	-	-	-	-	32.897
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	(32.897)	-	-	-	-	(32.897)
Mudanças no valor justo dos ativos financeiros	23	-	-	-	-	5.716	-	5.716
Lucro líquido exercício		-	-	-	-	-	165.895	165.895
Destinação do lucro:								
Constituição de reserva legal		-	-	8.295	-	-	(8.295)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	-	-	-	(39.400)	(39.400)
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	118.200	-	(118.200)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		463.897	-	60.248	756.488	19.819	-	1.300.453
Mudanças no valor justo dos ativos financeiros	19	-	-	-	-	47.740	-	47.740
Lucro líquido exercício		-	-	-	-	-	528.313	528.313
Destinação de lucros de anos anteriores – pagos	15	-	-	-	(86.692)	-	-	(86.692)
Destinação de lucros de anos anteriores – a pagar	15	-	-	-	(240.000)	-	-	(240.000)
Constituição de reserva legal		-	-	26.416	-	-	(26.416)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	-	-	-	(125.474)	(125.474)
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	376.423	-	(376.423)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		463.897	-	86.664	806.219	67.559	-	1.424.339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

RuasInvest S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2025	2024	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		528.313	143.174	524.536	127.160
Ajustes do exercício					
Equivalência patrimonial	7.6	(542.947)	(298.913)	(541.421)	(286.706)
Depreciação e amortização	17/18/19	40.191	40.191	40.836	40.661
Juros e variação cambial de empréstimos e financiamentos	12.b	11.225	41.621	11.225	41.621
Juros e variação cambial sobre empréstimos de partes relacionadas e outros		-	2.038	-	2.038
(Ganho) perda com derivativos	22	(27.151)	63.468	(27.151)	63.468
Outros		-	8	-	(1)
Provisões Impairment		-	-	(385)	530
Variações nas contas patrimoniais					
Contas a receber de clientes		8	(83)	(159)	(392)
Direitos Creditórios – partes relacionadas		18.350	25.346	18.350	25.346
Impostos a recuperar		(6.328)	(2.302)	(6.582)	(2.203)
Outros ativos		2.112	2.470	1.011	2.686
Fornecedores e contas a pagar		518	65	787	(64)
Dividendos a pagar		-	-	5.513	-
Provisões diversas		(314)	(89)	(314)	(89)
Obrigações sociais e trabalhistas		(266)	372	(14)	368
Impostos e contribuições a recolher		118	(1.631)	392	(1.697)
Outras contas a pagar		-	-	-	-
Caixa aplicado nas operações		23.829	15.735	26.624	12.727
Juros pagos	12.b	(34.398)	(33.932)	(34.398)	(33.932)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(10.569)	(18.197)	(7.774)	(21.205)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Títulos e valores mobiliários	4	(11.553)	(17.023)	(11.553)	(17.023)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		(15)	(70)	(60)	(54)
Recebimento de caixa na baixa de investimento	7.1	371	2.223	371	2.223
Pagamento cotas – partes relacionadas Queluz	13	(20.348)	-	(20.348)	-
Recebimento de mútuo		-	40.720	-	40.720
Adiantamento para futuro aumento de capital		(8.000)	-	(8.000)	-
Aquisição de participações societárias		(500)	(245)	-	(245)
Aumento de capital nas investidas	7	(68.944)	(128.376)	(66.424)	(125.376)
Valores recebidos JCP e dividendos das investidas	8	211.728	260.432	232.727	260.432
Valores recebidos da SCP Transportes Metroferroviários	13	17.857	32.547	17.782	32.547
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		120.596	190.208	144.494	193.224
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Captação de empréstimos com partes relacionadas		10.180	12.000	(10.720)	12.000
Amortização de arrendamentos	12.b	(6.100)	(7.287)	(6.173)	(7.287)
Pagamento de empréstimos a partes relacionadas		-	(15.088)	-	(15.088)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	8	(176.039)	(34.045)	(176.039)	(34.045)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(171.959)	(44.420)	(192.932)	(44.421)
(Redução) aumento líquida em caixa e equivalentes de caixa		(61.932)	127.591	(56.212)	127.598
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		194.209	66.618	194.312	66.714
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		132.277	194.209	138.100	194.312
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(61.932)	127.591	(56.212)	127.598

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A RUASINVEST S.A. (adiante designada apenas por “Companhia” ou “RuasInvest”) é uma sociedade gestora de participações sociais cujo objeto social consiste na participação em outras sociedades como sócia ou acionista, além da atuação na representação comercial e agenciamento do comércio de veículos automotores.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade e estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia, através de suas controladas e coligadas (coletivamente, “Grupo”) atua em todas as regiões do Brasil, além de algumas regiões das Américas do Norte e do Sul, Europa, Ásia e África.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía participação nas seguintes controladas diretas:

Controladas	Participação em 2025	Participação em 2024
OTIMA Brasil Ltda.	99,999%	99,999%
QUELUZ Participações Ltda.	99,999%	99,999%
COPPER Tecnologia em Metalurgia Ltda.	100%	-

Em 01 de abril de 2022, após aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, a RuasInvest e a Publibanca Brasil S.A., assinaram o contrato de compra e venda de ações e outras avenças, no qual fica estipulada a alienação de 51% da participação societária da Companhia na empresa ÓTIMA - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A., passando a partir dessa data o controle do investimento para a Publibanca Brasil S.A., e permanecendo no quadro societário da companhia com 25,35% de participação (coligada).

Em 1 de outubro de 2025, a Companhia adquiriu 500.000 cotas da empresa Copper Tecnologia em Metalurgia Ltda. que eram detidas pela GR3 Tecnologia Ltda., sendo esta empresa uma investida da Queluz Participações Ltda. Esta sociedade tem por objeto a fabricação de material elétrico para veículos automotores, além de atividades de importação e exportação de produtos ligados a atividade anteriormente mencionada. Sua aquisição está em linha com os negócios de investidas do segmento de Indústria de Veículos Automotores e Elétricos.

Adicionalmente, conforme divulgado na Nota 7, a Companhia ainda participa e é sócia de diversas empresas cujos percentuais de participação no capital social variam de 15% a 66,67% (controladas em conjunto e/ou coligadas), no entanto, todas as decisões relevantes são feitas de forma compartilhada entre a Companhia e os demais sócios quotistas, independente do percentual de participação.

2 Políticas contábeis materiais

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

2.1 Base de apresentação

2.1.1 *Demonstrações financeiras individuais e consolidadas*

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1.2 *Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas*

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Companhia em 31 de março de 2026.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros, ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

2.2 Base de mensuração

2.2.1 *Moeda funcional e moeda de apresentação*

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.2.2 *Moeda estrangeira*

2.2.2.1 *Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

2.2.2.2 *Operações no exterior*

Os ativos e passivos das operações no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da

data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do período. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido.

2.2.3 *Uso de estimativas e julgamentos*

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas brasileiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas, premissas e julgamentos são revisados periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação de políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 7 – equivalência patrimonial em investidas – na determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida;

Nota explicativa 2.3 – consolidação – determinação se o Grupo detém de fato o controle sobre uma investida;

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas, estimativas e julgamentos, na data de emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão apresentados nas notas explicativas:

Nota explicativa 21 – Tributos diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais poderão ser utilizados.

Nota explicativa 22 – Derivativos: Instrumentos financeiros mensuráveis ao valor justo: premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

2.3 Base de consolidação

2.3.1 *Demonstrações financeiras consolidadas*

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

2.3.1.1 *Participação dos acionistas não controladores*

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

2.3.1.2 *Controladas*

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia.

A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

2.3.1.3 *Perda de controle*

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

2.3.1.4 *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações entre empresas do Grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre empresas do Grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.3.1.5 *Investimentos em empresas com negócios em conjunto*

Negócios em conjunto podem ser classificados como uma operação em conjunto (*joint operation*) ou um empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*). Operação em conjunto (ou *joint venture*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) é um negócio que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos dos contratos e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial.

2.3.1.6 *Coligadas*

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas pós-aquisição é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia nas coligadas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação acionária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4 **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os

rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos períodos.

2.5 Títulos e valores mobiliários

Ações - contabilização a valor justo por meio de outros resultados abrangentes na linha de títulos e valores mobiliários no ativo circulante, uma vez que, a Companhia a qualquer momento pode efetuar a venda do papel pois as ações são extremamente líquidas e prontamente conversíveis em caixa.

A Companhia possui 83,48% de cotas do Fundo Millenium de Direitos Creditórios Responsabilidade Ltda. sob gestão e administração do BTG Pactual. A Companhia é classificada como investidora do fundo, na categoria de investidor qualificado. As transações oriundas dos fundos de direitos creditórios são classificadas a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, registrados em contas patrimoniais no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo de vencimento dos títulos que compõem o fundo (Nota 4). Os rendimentos destes títulos, são calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, reconhecidos na demonstração do resultado em “Resultado Financeiro” quando houver o resgate de valores disponíveis. A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada em conta de patrimônio líquido, na conta “Outros resultados abrangentes”.

Os rendimentos auferidos pelo cotista do fundo estão sujeitos à tributação pelo IR, à alíquota de 15% (quinze por cento), na data da distribuição de rendimentos ou da amortização de cotas, considerando que o fundo esteja classificado como entidade de investimento no ambiente do gestor do fundo, que cumpre os critérios de composição da carteira com, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de direitos creditórios de acordo com a Lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023 (“Lei 14.754”) e a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 5.111, de 21 de dezembro de 2023 (“Resolução CMN 5.111”).

O IRF é considerado antecipação do devido no caso da Companhia, que possui regime tributário com base no lucro real, bem como, no momento do resgate dos rendimentos, os mesmos serão tributados como receitas financeiras, sujeitas ao regime de apuração não cumulativa, mediante a aplicação das alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins de respectivamente, 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) e 4% (quatro por cento).

2.6 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

2.6.1 Ativos financeiros não derivativos

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos

de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes ele precisa gerar fluxos de caixa futuros que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referidos como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Para fins de mensuração subsequente, o Grupo classifica os seus ativos financeiros nas categorias abaixo:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas e outras contas a receber.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais o Grupo não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento. Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo

financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: (a) as características e aos riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; (b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado Desreconhecimento.

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperada para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses).

O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 12 meses. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável o Grupo receber integralmente os valores contratuais em aberto

antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

2.6.2 Passivos financeiros não derivativos

Reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. O Grupo não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Esta é a categoria mais relevante para o Grupo. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na

demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.7 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessárias.

O custo dos ativos imobilizados inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas / outras despesas operacionais no resultado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Aeronave.....	7,5
Veículos.....	5
Software.....	5
Outros.....	10 a 25
Abrigos.....	12 a 25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

2.8 Intangível

Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos.

Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil de até cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- O *software* pode ser vendido ou usado;
- O *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- Estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como

despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável acumulado.

O direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “direito de outorga da concessão”, no ativo intangível.

O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pelo método linear, pelo prazo de 25 anos, que corresponde ao prazo do contrato de Concessão e o que representa o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros.

Os custos para registro das patentes do mobiliário urbano também estão registrados como ativo intangível e serão amortizados de forma linear durante o prazo de concessão.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

2.9 Partes relacionadas

A Companhia faz transações financeiras com suas controladas cujos recursos são aplicados nas atividades de investimento. As operações realizadas não provocam prejuízos aos acionistas não controladores nem, em prejuízo da Companhia, favorecimento de sociedade coligada e controladora ou controlada. Adicionalmente, a Companhia faz transações financeiras com outras partes relacionadas não controladas, cujas condições pactuadas dependem dos montantes, prazos e demais variáveis. As condições contratadas seguem usualmente as praticadas no mercado, sem que haja perda ou favorecimento entre as partes.

2.10 Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se o contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Empresa como arrendatária

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data

em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Os efeitos da adoção ao CPC 06 (R2) não foram significativos para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

2.12 Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

2.13 Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos incrementais atribuídos diretamente à emissão de novas ações ou opções são reconhecidos no patrimônio líquido como dedução, líquida de impostos, dos recursos obtidos.

Dividendos mínimos obrigatórios

Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo quando designados, conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia, segregados entre curto e longo prazo conforme os prazos de vencimento estipulados com seus acionistas.

2.14 Reconhecimento de receita

A receita da controladora é oriunda de rendas por contragarantias prestadas para algumas investidas. No consolidado, a receita do Grupo é proveniente da exploração de espaços publicitários existentes nos mobiliários urbanos instalados através de sua controlada Otima Brasil. Esta receita é registrada de acordo com a veiculação da publicidade contratada, e a receita é reconhecida no término da veiculação. Em média, o período de veiculação das campanhas é de uma semana.

A receita da Copper é oriunda da prestação de serviços de industrialização, sendo reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeita, levando em consideração os seguintes critérios

de transferência do controle: (i) a entidade possui um direito presente pelo recebimento do ativo; (ii) o cliente possui a titularidade legal do ativo; (iii) a entidade transferiu a posse física do ativo; (iv) o cliente possui os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo e (v) o cliente aceitou o ativo.

As receitas são apresentadas líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A contrapartida da receita em todo caso é registrada no ativo circulante.

2.15 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros sobre empréstimos entre partes relacionadas. Receitas com juros são reconhecidas no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros e as distribuições de juros sobre capital próprio recebidos ou colocados à disposição dos acionistas pelas investidas registradas por equivalência patrimonial, são reconhecidas com receita financeira.

As despesas financeiras compreendem principalmente despesas de juros sobre empréstimos com instituições financeiras, perdas sobre aplicações financeiras, impostos sobre operações financeiras, juros sobre o capital próprio e comissões de fiança. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

2.16 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

2.17 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, de acordo com as alíquotas estabelecidas pela legislação fiscal de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

Os impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais são reconhecidos como créditos fiscais na extensão em que sejam prováveis que lucros futuros estejam disponíveis para compensação, observado os prazos prescricionais e o limite de 30% dos lucros anuais tributáveis, com base nas projeções financeiras elaboradas e fundamentadas em premissas internas e cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Para suportar o reconhecimento e manutenção dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, a Administração estima resultados tributáveis futuros com base em seu plano de negócios e condições avaliadas de mercado, essa estimativa está exposta aos riscos associados de mercado, taxas, e de crédito, sendo assim, a ocorrência de fatores futuros que impacte esse plano de negócios e conseqüentemente os resultados tributáveis projetados poderá alterar a avaliação da Administração quanto a registro desses ativos.

2.18 Estimativas e premissas críticas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, bem como na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, imposto de renda e contribuição sociais diferidos ativos, vida útil do ativo imobilizado e intangível, detalhadas a seguir. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

- Imposto de renda e contribuição sociais diferidos ativos - Para suportar o reconhecimento e manutenção dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferido, a Administração estima resultados tributáveis futuros com base em seu plano de negócios e condições avaliadas de mercado, essa estimativa está exposta aos riscos associados de mercado, taxas, e de crédito, sendo assim, a ocorrência de fatores futuros que impacte esse plano de negócios e consequentemente os resultados tributáveis projetados poderá alterar a avaliação da Administração quanto a registro desses ativos (Nota 21).
- Vida útil para ativo imobilizado e intangível - A determinação da vida útil dos ativos fixos resulta nas taxas de encargos de depreciação e amortização reconhecidas no resultado do exercício, nesse caso, a Companhia com auxílio de especialistas avalia individualmente as características desses ativos, sendo que o julgamento envolvido nessa avaliação pode ser alterado em função do estado físico aparente, alteração de tecnologia ou mudança do plano de negócios.
- Taxa de desconto aplicada nos ajustes a valor presente – A taxa de desconto utilizada para mensuração dos efeitos de ajuste a valor presente é praticada com base na taxa média disponível no Boletim Focus do Banco Central do Brasil. O ajuste a valor presente de dividendos e lucros receber e a pagar de prazos maiores do que 1 ano, são inicialmente registrados em contra-partida de resultados abrangentes, na conta de patrimônio líquido (Nota 15) e na medida em que forem realizados, baixados para resultado em contrapartida à despesa financeira.

3 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Algumas novas normas serão efetivas para os exercícios findos após 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

3.1 Norma CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Financeiras

Aplicável a partir de 01/01/2027, a nova norma contábil busca padronizar a apresentação das DF's, oferecendo aos investidores uma melhor base para análise e comparação, com foco na análise detalhada da Demonstração do Resultado (DR) entre as categorias operacional, investimento e financiamento, refletindo a necessidade de agregação ou desagregação de algumas rubricas. Ainda, a Companhia avalia quais Medidas de Desempenho passarão a incorporar as notas explicativas. Todo o processo está sendo conduzido, de forma diligente e estruturada, com o objetivo de assegurar total aderência às exigências da norma. Essa análise e adequações necessárias refletem o compromisso da Companhia com transparência, consistência das informações e melhores práticas de divulgação. As mudanças afetarão a apresentação e divulgação de informações, mas sem impacto no Lucro Líquido da Companhia.

3.2 Emenda Constitucional nº 132/2023 - Reforma Tributária sobre consumo

A Reforma Tributária sobre o consumo foi instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023, que criou um modelo de IVA dual, composto pela CBS, de competência federal, em substituição ao PIS e à COFINS, e pelo IBS, de competência estadual e municipal, em substituição ao ICMS e ao ISS, além do Imposto Seletivo federal. A Companhia vem se preparando de forma antecipada, com equipes multidisciplinares, para a implementação da Reforma Tributária, diante da relevância e complexidade da mudança. Estão em andamento algumas adequações em processos internos, sistemas e revisão de contratos, com foco na adaptação aos novos tributos e documentos fiscais. Nas demonstrações financeiras de 2025, não houve impacto da Reforma Tributária, uma vez que os tributos foram calculados conforme a legislação vigente. Os primeiros efeitos devem surgir a partir de 1º de janeiro de 2027.

Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes novas normas e alterações tenham impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionados a natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

4 Disponibilidades

a. Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Bancos conta movimento	1	1	28	12
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	132.276	194.208	138.072	194.300
	132.277	194.209	138.100	194.312

- (i) As aplicações financeiras de curto prazo são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e Operações Compromissadas mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, com remuneração baseada na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”) com liquidez imediata, onde a taxa média é de 115% do CDI para os exercícios de 2025 e 2024, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

b. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fundos de investimento em direitos creditórios (i)	101.239	89.685	101.239	89.685
Carteira de Ações (ii)	10.756	11.942	10.756	11.942
	111.995	101.627	111.995	101.627
Circulante	55.663	24.720	55.663	24.720
Não circulante	56.332	76.907	56.332	76.907

- (ii) Refere-se a participação de 105.789 (em 2024 – 89.188) quotas no FIDC Millenium Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiras S.A, constituído em 29 de junho de 2022. Durante o exercício de 2025 o fundo apresentou remuneração média de 22,42% (em 2024 - remuneração média de 17,3%).

A movimentação do fundo de investimento, é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial em 31 de dezembro	89.685	72.782
Adições	18.350	25.346
Rendimentos	21.379	11.158
Resgates de principal	(19.007)	(14.037)
Resgates de juros	(7.793)	(4.729)
Imposto de renda retido na fonte	(1.375)	(835)
Saldo final em 31 de dezembro	101.239	89.685
Circulante	44.907	12.778
Não circulante	56.332	76.907

Os saldos relacionados ao FIDC estão segregados entre curto e longo prazo, de acordo com o vencimento das CCB's que compõem a carteira, sendo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<u>No curto prazo</u>				
Fundos de investimento Tesouro Selic - LFT	4.896	2.629	4.896	2.629
Fundos de investimento em direitos creditórios	40.011	10.149	40.011	10.149
	44.907	12.778	44.907	12.778
<u>No longo prazo</u>				
Fundos de investimento em direitos creditórios	56.332	76.907	56.332	76.907
Total	101.239	89.685	101.239	89.685

Em 31 de dezembro de 2025, estão classificados no curto prazo os valores aplicados em títulos de Tesouro Selic – nomeado Fundo de Investimento Renda Referenciado DI no montante de R\$ 4.896 (em 2024 - R\$ 2.629) e R\$ 40.011 (em 2024 - R\$ 10.149) aplicados em títulos e direitos de crédito devidos por sociedades integrantes de seu Grupo econômico. No longo prazo, os montantes somam R\$ 56.332 (em 2024 – R\$ 76.907). O fundo é administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. A variação do valor justo destes ativos são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes (Nota 2.5).

- (iii) Refere-se a investimento em ações, mantidas em instituições financeiras de primeira linha, registradas no longo prazo. A variação do valor justo destes ativos são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes (Nota 2.5).

A carteira de ações da Companhia está substancialmente composta pelos seguintes ativos:

Instituição	Ação	Data da compra	Valor de custo	Controladora		
				Valor justo em 2025	Valor de custo	Valor justo em 2024
Bradesco	PETR4	dez/08	7.148	5.905	6.774	7.147
Bradesco	CSNA3	dez/08	213	238	650	235
Bradesco	AMER3	fev/22	502	1	499	1
Bradesco	BLAU3	fev/22	1.059	485	183	456
Bradesco	MBRF3	fev/22	1.499	1.531	14	2.280
Bradesco	CVCB3	fev/22	499	88	268	56
Bradesco	CYRE3	fev/22	499	1.006	499	578
Bradesco	JBSS32	fev/22	999	1.119	1.059	1.026
Bradesco	LIGT3	fev/22	183	91	502	78
Bradesco	AMAR3	fev/22	268	19	114	18
Bradesco	MGLU3	fev/22	366	60	1.499	42
Bradesco	PMAM3	fev/22	14	1	367	2
Bradesco	SHOW3	fev/22	114	212	999	23
			13.363	10.756	13.427	11.942

5 Contas a receber

As contas a receber de clientes, no consolidado, são referentes a recebíveis decorrentes da comercialização de espaços publicitários localizados nos mobiliários urbanos sob a sua gestão da controlada Otima Brasil, na cidade do Rio de Janeiro - RJ e recebíveis da Copper Tecnologia referente à comercialização de componentes para empresas do grupo, na cidade de Botucatu – SP.

6 Partes relacionadas

a) Títulos e direitos de crédito

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui o montante de R\$101.239 (R\$ 89.685 em 2024), referente títulos e direitos de crédito, constituídos no Millennium Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, compostos substancialmente por recebíveis junto a coligadas que atuam no segmento de transporte coletivo, sendo classificada na categoria de investidora qualificada do respectivo Fundo de Investimento (Nota 2.5). O montante está registrado como títulos e valores mobiliários segregados entre curto prazo e longo prazo, conforme apresentado na Nota 4.

b) Aplicações Financeiras de liquidez imediata

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui o montante de R\$ 131.525 (em 2024 – R\$ 188.971) em aplicações financeiras com liquidez diária no Banco Luso Brasileiro S.A. No consolidado o saldo mantido em aplicações financeiras de liquidez imediata possui o montante de R\$ 136.706 (em 2024 – R\$ 188.972). Essas aplicações financeiras, se mantidas até a data de vencimento, remuneram a 120% do CDI., conforme apresentado na Nota 4.

c) Garantias prestadas em investimentos

A política do Grupo é fornecer garantias financeiras somente para obrigações das suas controladas. Em 31 de dezembro de 2025, a Entidade havia emitido garantidas para certos bancos em relação às linhas de crédito concedidas a duas de suas controladas, conforme abaixo:

Investida	% Part. Investida	Objeto/ Natureza da garantia	Banco emissor	Prazo	Garantia (i)
Via Mobilidade - Linhas 5 e 17	16,66%	2ª Emissão de Debentures	Garantia Fidejussória	-	112.000
		3ª Emissão de Debentures contrato de Suporte: Garantia fidejussória e bancária	Banco Santander (90%)	ago/27	147.554
Via Mobilidade - Linhas 8 e 9	20,00%	Garantir saldo mínimo da conta reserva Debêntures Quarta Emissão	Banco Safra (10%)	dez/28	10.031
		Garantir saldo mínimo da conta reserva finem BNDES	Banco Safra (10%)	dez/28	5.872
		Garantir saldo mínimo da conta reserva Debêntures Terceira Emissão	Banco Safra (10%)	dez/28	12.481

(i) Consideram os valores envolvidos nos projetos de acordo com os percentuais de participação nas investidas.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber e a pagar

Conforme nota explicativa 8.

(i) Valores a receber

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	213.873	66.849
Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metro de São Paulo SA	69.020	52.895
Concessionária das Linhas 8 e 9 do sistema de trens metropolitanos de São Paulo SA	1.680	1.680
Ótima Concessionária de Exploração Mobilidade Urbana S.A.	11.250	7.381
RC Participações	15.459	10.743
Outros	566	566
	311.848	140.114

e) Adiantamento para futuro aumento de capital

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
RC Participações	8.000	-
	8.000	-

(ii) Valores a pagar

	Controladora	
	2025	2024
Amarante Participações Ltda. (anteriormente denominada Amarante Participações S.A., “Amarante”)	108.504	30.023
Serpa Participações Ltda. (anteriormente denominada Serpa Participações S.A., “Serpa”)	108.504	28.700
MJR Participações Ltda. (anteriormente denominada MJR Participações S.A., “MJR”)	108.504	30.623
	325.512	89.346
Circulante	179.474	89.346
Não circulante	146.038	-
	Consolidado	
	2025	2024
Amarante Participações Ltda. (anteriormente denominada Amarante Participações S.A., “Amarante”)	108.504	30.023
Serpa Participações Ltda. (anteriormente denominada Serpa Participações S.A., “Serpa”)	108.504	28.700
MJR Participações Ltda. (anteriormente denominada MJR Participações S.A., “MJR”)	108.504	30.623
GR3 Tecnologia Alumínio Ltda.	5.514	-
	331.026	89.346
Circulante	184.988	89.346
Não circulante	146.038	-

f) Outros passivos de curto prazo e longo prazo

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Circulante		
Compra de Participação Societária – Serpa (i)	-	1.258
Compra de Participação Societária – MJR (i)	-	16.785
Compra de Participação Societária – Amarante (i)	-	2.305
Outros adiantamentos recebidos (ii)	13.769	13.769
Total no circulante – nota explicativa 13	13.769	34.117

- (i) O contrato de compra de participação das cotas da Queluz Participações Ltda. foi liquidado em 23 de dezembro de 2025, no montante bruto de R\$ 24.689 (Imposto de renda retido na fonte R\$ 957). O montante pago corresponde aos valores de principal adicionados dos juros contratuais.
- (ii) Saldo remanescente a pagar para a sua Controlada CAIO Induscar, recebido via adiantamento. O montante será devolvido no decorrer do exercício de 2026.

Não circulante

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Queluz Participações Ltda. (iii)	22.779	12.000	-	12.000
Total não circulante	22.779	12.000	-	12.000

(iv) Referem-se a valores de adiantamentos recebidos de sua controlada Queluz Participações Ltda.

7 Investimentos

7.1 Alienação parcial de Investimento em controlada – OTIMA - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.

a. Conclusão do processo de venda em 01 de abril de 2022

As tratativas para a venda de 74,65% de participação dos acionistas (RuasInvest, Rádio Bandeirantes e Kalítera Engenharia) da Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. para a Publibanca S.A., subsidiária integral da Eletromídia S.A. transcorreram durante o exercício de 2021, em 04 de março de 2022 a transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, e após aprovação do agente financiador Caixa Econômica Federal, foi formalmente finalizada em 01 de abril de 2022. Após a conclusão os acionistas minoritários, Rádio Bandeirantes e Kalítera Engenharia, deixaram o quadro societário e a RuasInvest permaneceu com 25,35% de participação na referida empresa (coligada).

O valor remanescente está registrado a valor de custo, atualizado pelo método de equivalência patrimonial no grupo de Investimentos (Nota 7).

b. Forma de Pagamento

A RuasInvest vendeu 29.112.473 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, representativas de 51% do capital social da Companhia, pelo montante de R\$ 300.000 (preço de aquisição) que foi pago parcelado da forma descrita a seguir:

- Pagamento Inicial: Na Data do Fechamento, efetuado em 01 de abril de 2022, a Companhia recebeu valor total fixo de R\$271.574, referente ao Pagamento Inicial do Preço de Aquisição.
- Pagamento Diferido – Indenização: A Compradora pagará a Vendedora o valor de R\$ 10.000 em 05 parcelas iguais e anuais, devidas do primeiro ao quinto aniversário da Data do Fechamento, corrigidas de acordo com a variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), reduzido dos Tributos incidentes sobre rendimentos financeiros para pessoas jurídicas, verificado entre a Data do Fechamento e a data de seus respectivos pagamentos (se e quando devidos), observada a possibilidade de compensação dos valores de eventuais Perdas contra as parcelas do Pagamento Diferido – Indenização.
- Pagamento Diferido – Ajuste de Preço de Aquisição: A Compradora pagará a Vendedora, conforme aplicável, o valor de R\$ 18.426 e, em conjunto com o Pagamento Diferido – Indenização, corrigido de acordo com a variação do CDI, reduzido dos Tributos incidentes sobre rendimentos financeiros para pessoas jurídicas, verificado entre a Data do Fechamento e a data

de seus respectivos pagamentos (se e quando devidos), observada a possibilidade de compensação dos valores de eventuais Perdas contra o Pagamento Diferido – Ajuste de Preço de Aquisição.

c. Ganho de capital na alienação de investimento

Para determinar o custo de alienação do investimento baixado, a Companhia considerou o valor do investimento na data da alienação (31/03/2022) e o valor residual do intangível - Direito de concessão (Nota 11) até a data da transação, efetuando a baixa proporcional do seu valor líquido. O ganho líquido da alienação está demonstrado no quadro abaixo:

	Operação em 2022
Valor de venda inicial	300.000
(-) Parcela diferida – Indenização (i)	(10.000)
(-) Parcela diferida – Ajuste de preços (i)	(18.426)
Receita da venda	271.574
(-) Baixa intangível (Nota 11)	(105.881)
(-) Baixa Investimento	(7.982)
Ganho de capital na alienação	157.711

- (i) As parcelas diferidas referentes a indenização ao ajuste de preço de aquisição, descritas no contrato de compra e venda, estão relacionadas ao cumprimento de determinadas obrigações contratuais, relacionadas principalmente com a conclusão da revisão ordinária do Contrato de Concessão junto ao Poder Concedente referente a revisão dos eventos de desequilíbrio econômico e financeiro do referido contrato. Devido as incertezas relacionadas ao êxito ou não pela coligada na revisão do desequilíbrio econômico e financeiro no referido Contrato de Concessão junto, a Companhia não reconheceu essa parcela por entender ser contingente nesse momento, pois tais obrigações serão satisfeitas com a conclusão do processo de revisão tarifária pelo Poder Concedente.

Durante o exercício de 2025, a Companhia recebeu o montante de R\$371 (em 2024 - R\$ 2.223) referente a 3.a. parcela de pagamento diferido do contrato de alienação da Ótima Concessionária.

7.2 Investimentos em controladas em conjunto e coligadas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Investimentos em participações societárias (Controladas em conjunto e coligadas)	1.426.928	1.207.189	1.402.990	1.206.618
Mais-valia de ativos a valor justo	(7.129)	(7.129)	(7.129)	(7.129)
	1.419.799	1.200.060	1.395.861	1.199.489

7.3 Provisão para perda em investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Passivo a descoberto em investimentos	(5.111)	(5.425)	(5.111)	(5.425)
	(5.111)	(5.425)	(5.111)	(5.425)

7.4 Composição dos investimentos

	Investimentos em participações societárias		Mais-valoria de ativos a valor justo		Saldo final líquido dos investimentos	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carrocerias Ltda.	686.035	571.389	(7.129)	(7129)	678.906	564.260
RC Participações S.A. (i)	111.165	107.702	-	-	111.165	107.702
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	60.528	90.668	-	-	60.528	90.668
Otíma Brasil Ltda	334	608	-	-	334	608
Tec Glass Indústria e Comércio de Vidros Ltda	17.565	18.785	-	-	17.565	18.785
Fiberbus - Indústria e Comércio de Fibras de Vidro Ltda	29.504	26.290	-	-	29.504	26.290
Fibercom – Indústria e Comércio de Fibras Ltda (ii)	241	245	-	-	241	245
CEAC - Centro Administrativo Caio Ltda	736	541	-	-	736	541
Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metro de São Paulo SA	43.953	41.170	-	-	43.953	41.170
Concessionária das Linhas 8 e 9 do sistema de trens metropolitanos de São Paulo SA	294.513	250.691	-	-	294.513	250.691
Concessionária da Linha 15 do Metrô de São Paulo SA	473	465	-	-	473	465
Otíma Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano SA	101.006	66.332	-	-	101.006	66.332
OM Linha 6 SA	942	866	-	-	942	866
Queluz Participações Ltda.	79.104	31.437	-	-	79.104	31.437
Copper Tecnologia em Metalúrgica Ltda	829	-	-	-	829	-
Controladora	1.426.928	1.207.189	(7.129)	(7.129)	1.419.799	1.200.060
Consolidado	1.402.990	1.206.689	(7.129)	(7.129)	1.395.861	1.199.489

- (i) Companhia detentora de 49,23% das ações do Banco Luso Brasileiro S.A. Durante o exercício 2023, a RC Participações iniciou as tratativas para venda de 16,40% de participação no Banco Luso do Brasil S.A. Até a emissão dessas demonstrações financeiras, tal transação permanece sob revisão e aguarda a aprovação do BACEN - Banco Central do Brasil, para cumprimento de obrigações precedentes. Em 31 de maio de 2025, a RuasInvest aumentou seu percentual de participação para 80,0014% mediante o cancelamento de ações da outra sócia. As decisões desta Companhia são tomadas em conjunto pelos diretores administradores da sociedade, de um lado RuasInvest S.A. e de outro VT Cunha Participações Ltda.
- (ii) Em 11 de abril de 2024 a RuasInvest S.A. adquiriu 49% das cotas da Empresa Fibercom Indústria e Comércio de Vidro Ltda., cujo objeto social consiste na fabricação de artigos de vidro, ferramentas e tratamento de revestimentos.

7.5 Informações relevantes sobre os investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Empresas	Quotas/ações possuídas pela Companhia		% de participação da Companhia		Ativo		Passivo		Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Controlada												
Ótima Brasil S.A.	8.701.182	8.701.182	99,99%	100,00%	666	971	302	652.443	364	(651.472)	(2.673)	(3.795)
Queluz Participações Ltda	45.999.999	45.999.999	99,99%	99,99%	101.151	70.202	1	12.041	101.149	58.161	-	12.218
Copper Tecnologia em Metalurgia Ltda	500.000	-	100%	-	7.643	-	6.815	-	829	-	3.444	-
Controlada em conjunto												
RC Participações S.A.	55.338.946	55.338.946	80,00%	66,67%	169.988	181.029	25.138	65.310	144.850	115.720	24.818	20.900
Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carrocerias Ltda.	147.000.000	147.000.000	49,00%	49,00%	2.458.552	2.105.450	2.281.216	953.900	177.336	1.151.550	550.342	380.871
Coligadas												
Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.	14.470.112	14.470.112	25,35%	25,35%	613.715	464.430	169.310	202.435	444.405	261.995	183.844	122.589
OM Linha 6 Participações S.A.	13.588.616	13.588.616	21,61%	21,61%	4.626	4.788	4.789	272	4.353	4.516	(163)	171
Tec Glass Indústria e Comércio de Vidros Ltda.	2.450.000	2.450.000	49,00%	49,00%	43.461	47.388	7.612	9.050	35.849	38.338	17.673	16.869
Fiberbus - Indústria e Comércio de Fibras de Vidro Ltda.	1.715.000	1.715.000	49,00%	49,00%	84.011	67.823	23.800	14.170	60.212	53.653	16.286	17.992
Fibercom - Indústria e Comércio de Fibras de Vidro Ltda.	245.000	245.000	49,00%	49,00%	492.344	500	604	-	491.740	500	-	(1)
CEAC - Centro Administrativo Caio Ltda.	98.000	98.000	49,00%	49,00%	2.032	1.724	530	620	1.502	1.104	346	58
TVO Publicidade S.A.	1.640.939	1.640.939	20,79%	20,79%	2.482	2.502	2.281	22.596	(24.784)	(25.098)	201	430
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	22.441.071	22.441.071	15,00%	15,00%	4.565.156	3.801.206	4.161.636	3.196.752	403.520	604.454	982.077	436.509
Concessionária das Linhas 8 e 9 do sistema de trens metropolitanos de São Paulo S.A.	64.000.000	64.000.000	20,00%	20,00%	7.063.105	6.688.584	5.590.533	5.435.131	1.472.572	1.253.453	113.975	(131.967)
Concessionária da Linha 15 do Metro de São Paulo S.A.	14.598.000	14.598.000	20,00%	20,00%	2.369	2.326	3	1	2.366	2.325	41	13
Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metro de São Paulo S.A.	14.827.400	14.827.400	16,66%	16,66%	1.250.796	1.266.039	986.971	1.513.159	263.825	(247.120)	117.296	93.215
RIMU - RuasInvest Mobilidade Urbana S.A.	-	9.100	-	91,00%	-	-	-	-	-	-	-	-

7.6 Movimentação dos investimentos

a) Controladora

Empresa	Participação	2024	Equivalência patrimonial	Distribuição de Lucros	Efeito reflexo de investidas	Aumento de capital	Aquisição	Destinação de dividendos	Juros sobre Capital Próprio	2025
Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carroceiras Ltda.	49,00%	564.260	274.321	(159.250)	(425)	-	-	-	-	678.906
RC Participações S.A.	80,00%	107.702	19.275	-	(11.097)	-	-	(4.715)	-	111.165
OM LINHA 6 S.A.	21,61%	866	76	-	-	-	-	-	-	942
TEC Glass Indústria e Comércio de Vidros Ltda.	49,00%	18.785	8.580	(9.800)	-	-	-	-	-	17.565
Fiberbus - Indústria e Comércio de Fibras de Vidro Ltda.	49,00%	26.290	8.114	(4.900)	-	-	-	-	-	29.504
Fibercom Indústria e Comércio de Fibras de Vidro (ii)	49,00%	245	(4)	-	-	-	-	-	-	241
CEAC - Centro Administrativo Caio Ltda.	49,00%	541	195	-	-	-	-	-	-	736
TVO Publicidade S.A.	20,79%	(5.425)	314	-	-	-	-	-	-	(5.111)
Eletromídia Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. (i)	25,35%	66.333	46.324	-	-	-	-	(11.651)	-	101.006
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	15,00%	90.668	143.893	(29.996)	-	-	-	(147.550)	3.513	60.528
Otíma Brasil	100,00%	608	(2.742)	-	-	2.468	-	-	-	334
Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A.	16,66%	41.170	16.805	-	-	-	-	(16.497)	2.475	43.953
Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A.	20,00%	250.690	(22.601)	-	-	66.424	-	-	-	294.513
Concessionária da Linha 15 do Metrô de São Paulo S.A.	20,00%	465	8	-	-	-	-	-	-	473
Queluz Participações Ltda.	99,99%	31.437	50.060	-	8.276	52	-	(10.721)	-	79.104
Copper Tecnologia em Metalurgia Ltda. (iii)	100,00%	-	329	-	-	-	500	-	-	829
		1.194.635	542.947	(203.946)	(3.246)	68.944	500	(191.134)	5.988	1.414.688
Classificado como investimentos		1.200.060	-	-	-	-	-	-	-	1.419.799
Classificado como passivo a descoberto em investimentos		(5.425)	-	-	-	-	-	-	-	(5.111)
		1.194.635								1.414.688

- (i) Em 01 de abril de 2022, após aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, a RuasInvest e a Publibanca Brasil S.A, assinaram o contrato de compra e venda de ações e outras avenças, no qual fica estipulada a alienação de 51% da participação societária da Companhia na empresa Eletromídia Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. (anteriormente denominada OTIMA - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.), passando a partir dessa data o controle do investimento para a Publibanca Brasil S.A, e permanecendo no quadro societário da companhia com 25,35% de participação.
- (ii) Em 11 de abril de 2024 a RuasInvest S.A. adquiriu 49% das cotas da Empresa Fibercom Indústria de Comércio de Vidro Ltda., cujo objeto social consiste na fabricação de artigos de vidro, ferramentas e tratamento de revestimentos. Conforme CPC 15, essa aquisição não configurou uma combinação de negócios, tendo em vista que foi transação entre partes relacionadas, onde não houve alteração de controle.
- (iii) Em 01 de outubro de 2025 a RuasInvest S.A. adquiriu 100% das cotas da Empresa Copper Tecnologia em Metalurgia Ltda., cujo objeto social consiste na fabricação de material elétrico para veículos automotores, além de atividades de importação e exportação de produtos ligados a atividade anteriormente mencionada. Por se tratar de empresas do mesmo grupo econômico a aquisição se deu pelo valor de custo do Capital Social, liquidado à vista pela Companhia.

RuasInvest S.A.
Demonstrações Financeiras
em 31 dezembro de 2025

Empresa	Partic.	2023	Dividendos adicionais Propostos	2023	Equivalência patrimonial	Juros sobre capital próprio (NE 19)	Aumento/ Redução de capital	Aquisição / Baixa	Destinação de dividendos	
Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carroceiras Ltda.	49,00%	427.485	-	-	195.575	-	-	-	(58.800)	564.260
RC Participações S.A.	66,67%	95.366	-	-	16.177	-	-	-	(3.841)	107.702
OM LINHA 6 S.A.	21,61%	1.803	-	-	(70)	-	(866)	-	-	866
TEC Glass Indústria e Comércio de Vidros Ltda.	49,00%	10.520	-	-	8.266	-	-	-	-	18.785
Fiberbus - Indústria e Comércio de Fibras de Vidro Ltda.	49,00%	17.719	-	-	8.816	-	-	-	(245)	26.290
Fibercom – Indústria e Comércio de Fibras de Vidro Ltda. (ii)	49,00%	-	-	-	-	-	-	245	-	245
CEAC - Centro Administrativo Caio Ltda.	49,00%	513	-	-	29	-	-	-	-	541
TVO Publicidade S.A.	20,79%	(5.514)	-	-	89	-	-	-	-	(5.425)
Eletromídia Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. (i)	25,35%	42.637	-	-	31.076	-	-	-	(7.381)	66.333
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	15,00%	252.278	(124.612)	127.666	61.491	4.017	-	-	(102.506)	90.668
Ótima Brasil	100,00%	1.262	-	-	(3.653)	-	3.000	-	-	608
Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A.	16,66%	63.392	-	-	13.089	2.170	-	-	(37.481)	41.170
Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A.	20,00%	150.770	-	-	(26.322)	-	126.242	-	-	250.690
Concessionária da Linha 15 do Metrô de São Paulo S.A.	20,00%	462	-	-	3	-	-	-	-	465
Queluz Participações Ltda (ii)	99,99%	37.088	-	-	(5.651)	-	-	-	-	31.437
RIMU – RuasInvest Mobilidade Urbana S.A. (iii)	91,00%	9	-	-	-	-	-	(9)	-	-
		1.095.790	(124.612)	127.666	298.913	6.187	128.376	236	(210.254)	1.194.635
Classificado como investimentos		1.101.304	-	-	-	-	-	-	-	1.200.060
Classificado como passivo a descoberto em investimentos		(5.514)	-	-	-	-	-	-	-	(5.425)
		1.095.790	-	-	-	-	-	-	-	1.194.635

- i. Em 01 de abril de 2022, após aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, a RuasInvest e a Publibanca Brasil S.A, assinaram o contrato de compra e venda de ações e outras avenças, no qual fica estipulada a alienação de 51% da participação societária da Companhia na empresa OTIMA - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A., passando a partir dessa data o controle do investimento para a Publibanca Brasil S.A, e permanecendo no quadro societário da companhia com 25,35% de participação.
- ii. Em 11 de abril de 2024 a RuasInvest S.A. adquiriu 49% das cotas da Empresa Fibercom Indústria e Comércio de Vidro Ltda., cujo objeto social consiste na fabricação de artigos de vidro, ferramentas e tratamento de revestimentos. Conforme CPC 15, essa aquisição não configurou uma combinação de negócios, tendo em vista que foi transação entre partes relacionadas, onde não houve alteração de controle.
- iii. Em março de 2022, a RuasInvest, juntamente com as companhias Amarante Participações Ltda., Serpa Participações Ltda. e MJR Participações Ltda., constitui a companhia RuasInvest Mobilidade Urbana S.A., cujo objeto social consiste na participação de outras sociedades como sócia ou acionista, participando com 91% das ações subscritas. Em 2024, o projeto foi descontinuado.

b) Consolidado

Empresa	Part.	2024	Equivalência patrimonial	Distribuição de Lucros	Efeito reflexo de investidas	Aumento de capital	Destinação de dividendos	Juros sobre Capital Próprio	Outros	2025
Caio Induscar - Indústria E Comércio De Carrocerias Ltda.	49,00%	564.260	274.321	(159.250)	(425)	-	-	-	-	678.906
RC Participações S.A	80,00%	107.702	19.274	-	(11.097)	-	(4.715)	-	-	111.164
Concessionária da Linha 4 Do Metrô de São Paulo S.A.	15,00%	90.668	143.893	(29.996)	-	-	(147.550)	3.513	-	60.528
Tec Glass Indústria e Comércio de Vidros Ltda.	49,00%	18.785	8.580	(9.800)	-	-	-	-	-	17.565
Fiberbus - Indústria e Comércio de Vidros Ltda.	49,00%	26.290	8.114	(4.900)	-	-	-	-	-	29.504
Fibercom - Indústria E Comércio de Fibras de Vidro Ltda.	49,00%	245	(4)	-	-	-	-	-	-	241
CEAC - Centro Administrativo Caio Ltda.	49,00%	541	195	-	-	-	-	-	-	736
Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A.	17,00%	41.170	16.805	-	-	-	(16.497)	2.476	-	43.954
Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A.	20,00%	250.691	(22.601)	-	-	66.424	-	-	-	294.514
Concessionária da Linha 15 do Metrô de São Paulo S.A.	20,00%	465	8	-	-	-	-	-	-	473
OM Linha 6 Participações S.A.	22,00%	866	76	-	-	-	-	-	-	942
Eletromidia Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.	25,00%	66.332	46.324	-	-	-	(11.651)	-	-	101.005
TVO Publicidade S.A	21,00%	(5.425)	314	-	-	-	-	-	-	(5.111)
GR3 Tecnologia em Alumínio Ltda.	100,00%	6.896	15.123	(16.500)	-	-	-	-	-	5.519
Carbus Indústria Catarinense De Carrocerias Ltda	51,00%	24.491	17.294	-	-	-	-	-	4.336	46.121
BRB Plastic Comercial Ltda	0,00%	10.868	8.263	-	7.897	-	(17.000)	-	-	10.028
Montemor Participações e Serviços Ltda	49,00%	15.943	5.442	-	-	-	-	-	-	21.385
		1.220.788	541.421	(220.446)	(3.625)	66.424	(197.413)	5.989	4.336	1.417.474
Classificado como investimentos		1.226.213	-	-	-	-	-	-	-	1.422.585
Deságio Queluz Participações Ltda.		(26.724)	-	-	-	-	-	-	-	(26.724)
Classificado como investimentos		1.199.489	-	-	-	-	-	-	-	1.395.861
Classificado como passivo a descoberto em investimentos		(5.425)	-	-	-	-	-	-	-	(5.111)
		1.220.788	-	-	-	-	-	-	-	1.417.474

RuasInvest S.A.
Demonstrações Financeiras
em 31 dezembro de 2025

Empresa	Part.	2023	Equivalência patrimonial	Distribuição de Lucros	Reapresentado	Efeito reflexo de investidas	Aumento de capital	Destinação de dividendos	Juros sobre Capital Próprio	Outros	2024
Caio Induscar - Indústria E Comércio De Carrocerias Ltda.	49,00%	427.485	195.575	-	-	-	-	(58.800)	-	-	564.260
RC Participações S.A	66,67%	95.366	16.177	-	-	-	-	(3.841)	-	-	107.702
Concessionária da Linha 4 Do Metrô de São Paulo S.A.	15,00%	252.278	61.491	(124.612)	127.666	-	-	(102.506)	4.017	-	90.668
Tec Glass Indústria e Comércio de Vidros Ltda.	49,00%	10.520	8.266	-	-	-	-	-	-	-	18.785
Fiberbus - Indústria e Comércio de Vidros Ltda.	49,00%	17.719	8.816	-	-	-	-	(245)	-	-	26.290
Fibercom - Indústria E Comércio de Fibras de Vidro Ltda.	49,00%	-	-	-	-	-	245	-	-	-	245
CEAC - Centro Administrativo Caio Ltda.	49,00%	513	29	-	-	-	-	-	-	-	541
Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A.	17,00%	63.392	13.089	-	-	-	-	(37.481)	2.170	-	41.170
Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A.	20,00%	150.770	(26.322)	-	-	-	126.242	-	-	-	250.691
Concessionária da Linha 15 do Metrô de São Paulo S.A.	20,00%	462	3	-	-	-	-	-	-	-	465
OM Linha 6 Participações S.A.	22,00%	1.803	70	-	-	-	866	-	-	-	867
Eletromidia Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.	25,00%	42.637	31.076	-	-	-	-	(7.381)	-	-	66.332
TVO Publicidade S.A	21,00%	(5.514)	89	-	-	-	-	-	-	-	(5.425)
RIMU - Ruasinvest Mobilidade Urbana S.A	91,00%	9	-	-	-	-	-	-	-	(9)	-
GR3 Tecnologia em Alumínio Ltda.	100,00%	6.427	469	-	-	-	-	-	-	-	6.896
Carbus Indústria Catarinense De Carrocerias Ltda	51,00%	53.758	(38.573)	-	-	-	-	-	-	9.305	24.490
BRB Plastic Comercial Ltda	100,00%	2.939	7.929	-	-	-	-	-	-	-	10.868
Montemor Participacoes e Servicos Ltda	49,00%	7.281	8.662	-	-	-	-	-	-	-	15.943
		1.127.845	286.706	(124.612)	-	-	125.621	(210.254)	6.187	9.296	1.220.788
Classificado como investimentos		1.127.845	-	-	-	-	-	-	-	-	1.226.213
Deságio Queluz Participações Ltda.		(26.724)	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.724)
Classificado como investimentos		1.101.121	-	-	-	-	-	-	-	-	1.199.489
Classificado como passivo a descoberto em investimentos		(5.514)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.111)
		1.122.331	-	-	-	-	-	-	-	-	1.221.102

8 Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber e a pagar

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	213.873	66.849
Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A.	69.020	52.895
Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A.	1.680	1.680
Ótima Concessionária de Exploração Mobilidade Urbana S.A.	11.251	7.381
RC Participações	15.459	10.743
Outros	565	566
	311.848	140.114

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a receber no exercício está como a seguir:

	2024	Declarados	Recebidos	2025
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	66.849	177.020	(29.996)	213.873
Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A.	52.895	16.125	-	69.020
Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A.	1.680	-	-	1.680
Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carroceiras Ltda.	-	159.250	(159.250)	-
Fiberbus Indústria e Comércio de Fibras de Vidro Ltda.	-	4.900	(4.900)	-
TecGlass Componentes Industriais Ltda.	-	9.800	(9.800)	-
Ótima Conc. de Exploração Mobilidade Urbana S.A.	7.381	11.651	(7.781)	11.251
RC Participações	10.743	4.715	-	15.458
Outros	566	-	-	566
	140.114	383.461	(211.727)	311.848

A composição do saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Amarante Participações Ltda.	108.504	30.023
Serpa Participações Ltda.	108.504	28.700
MJR Participações Ltda.	108.504	30.623
	325.512	89.346
Circulante	179.474	89.346
Não Circulante	146.038	

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar no exercício está como a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Saldo em 31 de dezembro	89.346	83.992
Dividendos pagos (i)	(89.346)	(34.045)
Dividendos extraordinários deliberados (i)	86.692	-
Pagamento de dividendos extraordinários (i)	(86.692)	-
Dividendos a pagar (ii)	240.000	-
Ajuste a valor presente (iii)	(39.962)	-
Dividendo mínimo obrigatório	125.474	39.400
Saldo final	325.512	89.346

- (i) A Companhia efetuou o pagamento do dividendo mínimo obrigatório apurado nos exercícios de 2023 e 2024, em 2025, no montante de R\$ 89.346 (em 2024 - R\$34.045), conforme previsto em seu estatuto social. Em dezembro de 2025, aprovou a distribuição e pagamento de dividendos extraordinários oriundos de lucros acumulados referente aos exercícios de 2024 no montante de R\$ 86.692 (em 2024 não houve dividendos extraordinários), resultando num total de dividendos pagos no exercício de 2025 no montante de R\$ 176.039.
- (ii) Em 22 de dezembro de 2025, a Companhia deliberou a distribuição de dividendo oriundo de lucros acumulados de exercícios anteriores no montante de R\$ 240.000.
- (iii) A Companhia registrou o ajuste a valor presente correspondente aos valores de dividendos classificados no passivo de longo prazo, com data de liquidação previstas no período de 01 de julho de 2027 até 31 de dezembro de 2028, no montante de R\$ 39.962. O montante foi registrado em contrapartida de outros resultados abrangentes (Nota 15). A premissa utilizada para descontar os valores a valor presente foi a projeção da taxa básica de juros (Selic), estimada em 12,25% a.a. conforme divulgado pelo Boletim Focus.

9 Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamentos	250	258	700	141
Adiantamento para futuro aumento de capital - Otima Brasil	-	98	-	98
Adiantamento para futuro aumento de capital - Queluz	-	37	-	37
Fianças bancárias	2.234	4.218	2.234	4.218
Outros	48	48	48	48
	<u>2.532</u>	<u>4.659</u>	<u>2.982</u>	<u>4.542</u>
Circulante	2.484	4.611	2.934	4.494
Não circulante	48	48	48	48

10 Imobilizado e Direito de Uso

		Controladora			
		2025		2024	
Vida útil (anos)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Aeronave	7,5	217.858	(105.276)	112.582	150.110
Software	5	196	(78)	118	15
Outros	10-25	587	(155)	432	550
		218.641	(105.509)	113.132	150.676

		Consolidado			
		2025		2024	
Vida útil (anos)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Aeronave	7,5	217.858	(105.276)	112.583	150.110
Software	5	476	(307)	167	15
Abrigos	12 a 25	4.736	(4.736)	-	530
Outros	10 a 20	3.027	(1.840)	1.197	100
		226.097	(112.159)	113.947	150.755

Em junho de 2023, a Companhia efetuou a venda da aeronave Marca Bombardier, modelo técnico CL-600-2B16 e modelo comercial Challenger adquirida em abril de 2013 pelo valor de R\$ 75.588.

Em março de 2023 a Companhia efetuou a compra de uma nova aeronave Marca Bombardier, INC 2019, modelo Global 6.000, na modalidade de arrendamento mercantil por meio de contrato de *leasing* financeiro no montante de R\$ 217.858. Essa aeronave tem como objetivo: viabilizar viagens a novos empreendimentos pelos diretores da RuasInvest; viagens nacionais e ao exterior relacionadas às participações societárias diretas e indiretas (Caio Induscar, Caio México, Caio Chile); e, boa impressão e imagem associadas à excelência dos produtos e serviços do Grupo RuasInvest.

As principais coberturas de seguro da aeronave referem-se a casco e guerra (US\$37,5 milhões), danos pessoais (US\$25 milhões) e responsabilidade civil (US\$250 milhões).

A movimentação do custo do imobilizado está demonstrada abaixo:

a) Controladora e Consolidado

	Controladora				Consolidado				
	Aeronave	Informática	Outros	Total	Aeronave	Abrigos	Informática	Outros	Total
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2024	217.858	132	566	218.557	217.858	4.782	167	951	223.758
Adições	-	50	28	79	-	19	85	28	132
Baixas	-	-	(9)	(9)	-	-	-	(79)	(79)
Provisão <i>Impairment</i>	-	-	-	-	-	(530)	-	-	(530)
Saldo final em 31/12/2024	217.858	183	585	218.626	217.858	4.272	252	900	223.282
Depreciação acumulada - Saldo inicial	(30.221)	(32)	(138)	(30.390)	(30.221)	(3.809)	(66)	(115)	(34.560)
Adições no exercício de 2024	(37.528)	(23)	(9)	(37.560)	(37.528)	(463)	(23)	47	(37.966)
Depreciação acumulada em 31/12/2024	(67.748)	(55)	(146)	(67.950)	(67.748)	(4.272)	(55)	(417)	(72.526)
Imobilizado líquido em 31/12/2024	150.110	128	439	150.676	150.110	-	128	517	150.755
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2025	217.858	183	585	218.626	217.858	4.272	252	900	223.282
Adições	-	13	2	15	-	-	258	2.163	2.421
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(Provisão) Reversão - <i>Impairment</i>	-	-	-	-	-	464	(34)	(36)	394
Saldo final em 31/12/2025	217.858	196	587	218.641	217.858	4.736	476	3.027	226.097
Depreciação Acumulada - Saldo inicial	(67.748)	(55)	(146)	(67.949)	(67.748)	(4.272)	(279)	(1.655)	(73.954)
Adições no exercício de 2025	(37.528)	(23)	(9)	(37.560)	(37.528)	(464)	(29)	(175)	(38.196)
Depreciação acumulada em 31/12/2025	(105.276)	(78)	(155)	(105.509)	(105.276)	(4.736)	(308)	(1.830)	(112.150)
Imobilizado líquido em 31/12/2025	112.582	118	432	113.132	112.582	-	168	1.197	113.947

11 Intangível

Avaliação de intangíveis	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	54.299	54.308
Saldo líquido	54.299	54.308
Amortização do exercício de 2024	(2.631)	(2.631)
Saldo contábil em 31 de dezembro de 2024	51.668	51.677
Saldo de custo	56.275	56.308
Amortização acumulada	(7.236)	(7.236)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	49.039	49.072
Saldo líquido	51.670	51.703
Amortização do exercício de 2025	(2.631)	(2.631)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	49.039	49.072

O intangível está representado pelo saldo remanescente do direito de outorga registrado na aquisição da Otima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. Conforme divulgado na Nota 7.1, a Companhia permaneceu na sociedade com 25,35% de participação.

Teste de recuperabilidade de ativos (*impairment*)

A Administração tem monitorado os gatilhos para fins de testes de *impairment* da Companhia e suas controladas e concluiu que não há indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização. Como não havia gatilhos na data base das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, os seus ativos não foram submetidos para fins de testes de *impairment*.

12 Empréstimos e passivos de arrendamentos

Modalidade	Garantia	Moeda	Instituição financeira	Encargos	Vencimento	Controladora		Consolidado	
						2025	2024	2025	2024
Cédula de crédito bancário	Aval	US\$	Santander	6,24% a.a.	nov/26	99.609	111.961	99.609	111.961
Cédula de crédito bancário	Aval	US\$	Santander	4,59% a.a.	jan/27	51.003	57.407	51.003	57.407
Cédula de crédito bancário	Aval	US\$	Santander	4,59% a.a.	jan/27	17.000	19.136	17.000	19.136
Arrendamento Mercantil (i)	Aval	R\$	Safra	7,63% a.a.	mar/31	141.854	150.235	142.404	150.235
						309.466	338.739	310.016	338.739
					Circulante	112.671	15.859	112.977	15.859
					Não circulante	196.795	322.880	197.039	322.880

(i) Arrendamento Mercantil

A Companhia possui um arrendamento financeiro para utilização do bem arrendado Aeronave Bombardier Global 6.000. O prazo do contrato é de 16 semestres, a findar em janeiro de 2031, com pagamentos semestrais, com taxa de juros pré-fixada de 15,2% a.a. Essencialmente, a operação se refere à compra do ativo, com valor residual a ser pago em 2031, no montante de R\$ 65.357.

Anexo ao contrato de arrendamento mercantil, a Companhia contratou um *swap* de fluxo de caixa no montante de R\$ 152.501, com taxa de juros de 7,63% a.a., com cotação de USD 5,12 por real, como instrumento de proteção de taxa de juros ao contrato de arrendamento. Os ajustes são calculados junto com o vencimento das parcelas (Nota 22), que ocorrem em bases semestrais – nos meses de março e setembro.

(a) Reconciliação da dívida líquida

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Empréstimos	167.612	188.504	167.612	188.504
Arrendamento	141.854	150.235	142.404	150.235
Total da dívida	309.466	338.739	310.016	338.739
Caixa e equivalentes de caixa (Nota explicativa 4)	(132.277)	(194.209)	(138.100)	(194.312)
Total da dívida líquida	177.189	144.530	171.916	144.427

(b) Reconciliação do fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial da dívida	338.739	305.702	338.739	305.702
<u>Movimentações que afetaram o fluxo de caixa</u>				
Pagamento de principal - arrendamento	(6.100)	(7.287)	(6.173)	(7.287)
Pagamento de juros	(34.398)	(33.932)	(34.398)	(33.932)
<u>Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa</u>				
<u>Apropriação de juros</u>	30.933	32.635	30.933	32.635
<u>Variação cambial</u>	(19.708)	41.621	(19.708)	41.621
<u>Outros</u>			623	-
Dívida em 31 de dezembro	309.466	338.739	310.016	338.739

(c) Obrigações decorrentes dos contratos de financiamento

As próximas obrigações decorrentes dos contratos de financiamentos estão demonstradas a seguir:

	2025	2024
Até 6 meses	11.585	10.763
De 6 meses até 1 ano	101.086	5.097
De 1 anos até 2 anos	68.907	115.946
De 2 anos até 3 anos	1.381	77.185
Acima de 3 anos	126.507	129.748
	309.466	338.739

13 Outros passivos curto prazo e longo prazo

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	2025	2024
Compra de Participação Societária – Amarante (a)	-	2.305
Compra de Participação Societária – Serpa (a)	-	1.258
Compra de Participação Societária – MJR (a)	-	16.785
Outros adiantamentos recebidos (c)	13.769	13.769
	<u>13.769</u>	<u>34.117</u>
Total no curto prazo		
SCP Transportes Metroferroviários (b)	100.424	82.642
	<u>100.424</u>	<u>82.642</u>
Total no longo prazo		

- (a) Em 23 de dezembro de 2025, a Companhia liquidou as parcelas envolvidas na transação de compra de cotas da empresa Queluz Participações Ltda., no montante de R\$ 24.689. O montante pago aos acionistas controladores da Companhia corresponde aos valores de principal adicionados dos juros contratuais, líquidos de imposto de renda retido na fonte, conforme legislação aplicável, conforme abaixo:

	<u>Amarante</u>	<u>Serpa</u>	<u>MJR</u>	<u>Total</u>
Valor Bruto	2.797	1.527	20.366	24.690
IR Fonte	(109)	(60)	(789)	(958)
Valor Líquido	<u>2.688</u>	<u>1.467</u>	<u>19.577</u>	<u>23.732</u>

- (b) Em 30 de agosto de 2023 foi constituída a SCP Sociedade em Contas de Participação denominada SCP Transportes Metroferroviários para realizar investimentos em determinados projetos. Nesta sociedade, a RuasInvest detém 75% de participação (sócia ostensiva) e a sócia participante, 25% de participação.

Durante o exercício de 2025, as chamadas de capital para a sócia participante somaram o montante de R\$ 17.857 (R\$ 32.547 em 2024), perfazendo o montante total acumulado de R\$ 100.424 (em 2024 – R\$ 82.642).

- (c) Em 31 de março de 2023, a Companhia recebeu de sua controlada Caio Induscar a título de adiantamento o montante de R\$ 29.000. No mesmo ano liquidou o montante de R\$ 15.231. O saldo remanescente no montante de R\$ 13.769 será liquidado no decorrer do exercício de 2026.

14 Provisões e contingências

A Companhia é parte em processo judicial de natureza trabalhista, em andamento na esfera judicial. Com base na avaliação de seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda desse processo é classificada como possível, razão pela qual não foi constituída provisão, conforme previsto no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O valor envolvido no referido processo, é estimado em R\$ 1.078. A Administração da Companhia acompanha a evolução do processo e, até o momento, não identificou elementos que justifiquem a constituição de provisão para perdas.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as ações e o capital social estavam distribuídas entre os acionistas conforme abaixo:

Acionistas	Quantidade de ações	Capital Subscrito	2025 e 2024	
			Capital Integralizado	Participação em %
AMARANTE Participações Ltda.	10.967.828	154.635	154.635	33,34%
SERPA Participações Ltda.	10.964.538	154.631	154.631	33,33%
MJR Participações Ltda.	10.964.538	154.631	154.631	33,33%
	32.896.904	463.897	463.897	100%

b. Reserva legal e de lucros

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou lucro líquido no montante de R\$ 528.313 (em 2024 - R\$ 165.895), a reserva legal foi constituída a 5% do lucro líquido do exercício no montante de R\$ 26.416 (em 2024 – R\$ 8.295) e não poderá exceder a 20% do capital social.

Nos termos do art. 199 da Lei nº 6.404/76, a Companhia possui excesso de reservas sobre o capital, o que será tema de deliberação em Assembleia Geral.

c. Distribuição dos lucros (dividendos) e Juros sobre Capital Próprio (JCP)

O Estatuto Social estabelece que os acionistas têm o direito de recebimento do dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) quota destinada a constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar, transferidos para a respectiva reserva, e lucro anteriormente registrados nessa reserva que tem sido realizados no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	528.313	165.895	524.403	149.881
Lucro após absorção de prejuízos acumulados	528.313	165.895	524.403	149.881
Constituição da reserva legal (5%)	26.416	8.295	26.220	7.494
Base de cálculo dos dividendos	501.897	157.600	498.183	142.387
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	125.474	39.400	124.546	35.597
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	24%	24%	24%	24%

d. Ajuste de avaliação patrimonial (Controladora e Consolidado)

Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos de: ajuste de valor justo dos ativos mensurados por meio do resultado abrangente, bem como eventuais ajustes de avaliação patrimonial de suas investidas (consolidado). A Companhia reconheceu o montante de R\$ 47.740 (em 2024 - R\$ 5.716) no valor justo dos ativos registrados na rubrica Títulos e Valores Mobiliários, substancialmente referente à variação positiva no valor justo do fundo de Direitos Creditórios (Nota 4).

Controladora

Consolidado

	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	528.313	165.895	524.403	149.881
Resultados abrangentes:				
Mudança no valor justo dos ativos financeiros - FIDC	12.210	8.509	12.210	8.509
Mudança no valor justo dos ativos financeiros - ações e outros	(2.365)	1.870	(2.365)	1.870
Resultados abrangentes - AVP dividendos – nota 8 (iii)	39.962	-	39.962	-
Participação no resultado abrangente da investida	(2.067)	(4.663)	(2.067)	(4.663)
	<u>47.740</u>	<u>5.716</u>	<u>47.740</u>	<u>5.716</u>
Total do resultado abrangente	576.053	171.611	572.143	155.597

e. Resultado por ação

O resultado por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Numerador				
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	<u>528.313</u>	<u>165.895</u>	<u>524.403</u>	<u>149.881</u>
Denominador				
Média ponderada do número de ações no exercício	<u>463.897</u>	<u>463.897</u>	<u>463.897</u>	<u>463.897</u>
Resultado por ação				
Lucro básico e diluído por lote de mil ações	1,14	0,36	1,13	0,32

16 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita de prestação de serviços				
Comissão de Fiança	902	2.776	902	2.776
Prestação de serviço de veiculação	-	-	682	735
Receitas de serviços de industrialização	-	-	1.910	-
	<u>902</u>	<u>2.776</u>	<u>3.494</u>	<u>3.511</u>
Deduções da receita bruta				
Impostos sobre serviços prestados	(129)	(396)	(226)	(527)
Total receita líquida	773	2.380	3.268	2.984

17 Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	2025	2024
Pessoal de operações	(989)	(584)
Manutenção, limpeza e conservação	(1.015)	(671)
Depreciação e amortização	(548)	(476)
Provisão para <i>impairment</i> (MUB Otima Brasil)	385	(530)
Outorga	(1.184)	(1.128)
	<u>(3.351)</u>	<u>(3.389)</u>

18 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas com pessoal	(3.937)	(4.050)	(4.917)	(4.347)
Despesas com vendas	-	-	(66)	(45)
Despesas com depreciação e amortização	(37.560)	(37.559)	(37.657)	(37.559)
Serviços de terceiros - pessoa jurídica	(16)	(154)	(17)	(158)
Despesas com aeronave	(17.829)	(16.716)	(17.829)	(16.716)
Outras despesas	(4.241)	(3.734)	(4.698)	(4.406)
	(63.583)	(62.213)	(65.183)	(63.231)

19 Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Outras receitas operacionais				
Parcela Diferida	371	2.223	371	2.223
Dividendos e lucros recebidos	779	1.367	779	1.367
Juros sobre capital próprio - investidas	6.373	7.091	6.373	7.091
Outras receitas operacionais (i)	-	6.118	-	6.118
	7.523	16.799	7.523	16.799
Outras despesas operacionais				
Amortização de ativo intangível	(2.631)	(2.631)	(2.631)	(2.631)
Outras despesas operacionais	(43)	(17)	(49)	(17)
	(2.674)	(2.648)	(2.680)	(2.648)

- (i) Em 21 de novembro de 2024, a Companhia recebeu a título de restituição de valores pagos a maior de IRPJ e CSLL, o montante de R\$ 6.109 de IRPJ e R\$ 2.199 de CSLL. Referido montante estão acrescidos de atualização monetária pela SELIC de R\$ 1.312 e R\$ 472, respectivamente.

20 Resultado financeiro, líquido

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras					
Receitas de aplicações financeiras		29.146	20.246	29.364	20.252
Juros sobre mútuos		-	999	-	999
Variação monetária ativa		214	2.008	214	2.008
Variação cambial ativa		33.785	6.553	33.785	6.553
Ajuste positivo - Swap	22 b	8.517	10.173	8.517	10.173
Ganho com derivativos	22 b	43.118	-	43.118	-
		114.780	39.979	114.998	39.985
Despesas financeiras					
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF		(21)	(32)	(24)	(35)
Juros sobre empréstimos bancários		(31.029)	(32.225)	(31.029)	(32.225)
Variação monetária passiva		(4.342)	(2.038)	(4.342)	(2.038)
Variação cambial passiva		(13.980)	(48.585)	(13.980)	(48.585)
Perda com derivativos	22 b	(15.966)	(63.468)	(15.966)	(63.468)
Comissões de fiança		(6.112)	(3.674)	(6.112)	(3.674)
Outras		(3)	(15)	(7)	(21)
		(71.453)	(150.036)	(71.460)	(150.045)
Resultado financeiro Líquido		43.327	(110.057)	43.538	(110.060)

21 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição dos saldos dos tributos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo de tributos diferidos				
Mais valia Otima (i)	8.184	7.289	8.184	7.289
Varição cambial não realizada	16.469	23.203	16.469	23.203
Prejuízo fiscal e base negativa	35.152	30.000	35.152	30.000
Arrendamento	7.519	-	7.519	-
Swap de fluxo de caixa	5.196	14.428	5.196	14.428
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	72.520	74.720	72.520	74.720
Ganho líquido na alienação de investimento (i)	(15.234)	(15.234)	(15.234)	(15.234)
Arrendamento	-	(2.400)	-	(2.400)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (passivo)	(15.234)	(17.634)	(15.234)	(17.634)
Classificação no balanço patrimonial:				
Registrado no ativo não circulante	57.285	57.285	57.285	57.285

Em novembro de 2017, a Companhia comprou 58,7% das ações da controlada Otima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. Em janeiro de 2018 o valor justo de R\$201.283 apurado após a reavaliação do ativo foi incorporado ao intangível da Companhia, do valor justo apurado, R\$134.976 foi considerado como ganho com compra vantajosa gerando a necessidade de constituição de um passivo diferido de R\$45.892 (aplicação de alíquotas fiscais combinadas de 34%). Conforme mencionado na Nota 26, em decorrência da alienação de 51% da participação societária da controlada em 2022, foi registrado imposto de renda diferido ativo limitado a 34% do imposto de renda diferido passivo, o qual deverá ser realizado mediante efetivação da referida transação de venda.

b. Reconciliação de alíquota

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	528.313	143.174	526.063	127.161
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(179.626)	(48.679)	(178.861)	(43.234)
Prejuízo fiscal e base negativa	5.152	30.000	5.152	30.000
Equivalência patrimonial	184.602	101.631	184.602	96.186
Varição cambial	6.734	(14.290)	6.734	(14.290)
Dividendos recebidos	779	465	779	465
Amortização de ágio	(895)	(895)	(895)	(895)
IFRS 16 - Arrendamento	(9.919)	(10.300)	(9.919)	(10.300)
Swap de fluxo de caixa	(9.232)	(14.427)	(9.232)	(14.427)
Outras adições e exclusões	2.405	(21.082)	1.640	(21.082)
Outros	-	298	-	298
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	-	22.721	-	22.721
Divulgado como:				
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	-	22.721	-	22.721
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	-	22.721	-	22.721

c. Prejuízos fiscais e base negativa a compensar

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Controladora apresentou, respectivamente, prejuízos fiscais

acumulados no montante de R\$212.470 e R\$182.197. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia fez a manutenção dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos e manteve o saldo no limite da expectativa de realização decorrente da possibilidade de que, até no ano de 2026, com a venda do saldo restante de participação da controlada Eletromidia - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. (anteriormente denominada "Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A., lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes, no mínimo junto a compensação dos tributos diferidos passivos.

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

22 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia, conforme abaixo:

		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ativos	Nível	252.271	295.865	258.094	295.968
Valor justo através do resultado		132.277	194.209	138.100	194.312
Caixa e bancos	Nível 2	-	1	28	12
Aplicações financeiras	Nível 2	132.277	194.209	138.072	194.301
Custo amortizado		8.000	29	8.000	29
Contas a receber de partes relacionadas		8.000	29	8.000	29
Valor justo através de outros resultados abrangentes		111.994	101.627	111.994	101.627
Títulos e valores mobiliários		101.238	89.685	101.238	89.685
Carteira de Ações		10.756	11.942	10.756	11.942
Passivos		(795.487)	(524.833)	(779.857)	(522.874)
Custo amortizado		(795.487)	(524.833)	(779.857)	(522.874)
Fornecedores e outras obrigações		(431.912)	(381.052)	(433.547)	(463.963)
Dividendos e juros sobre o capital próprio		(325.512)	(89.346)	(331.026)	(89.346)
Contas a pagar de operações com derivativos		(15.284)	(42.435)	(15.284)	42.435
Fornecedores e outras contas a pagar partes relacionadas		(22.779)	(12.000)	-	(12.000)
Total		(655.210)	(330.595)	(633.757)	(328.533)

Gerenciamento de risco financeiro

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta os seguintes riscos:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de moeda; e
- Risco de taxas de juros.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 30 (trinta) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros:

	Controladora e Consolidado	
	Valor contábil	Valor futuro
Empréstimos e financiamentos - circulante	112.671	116.021
Empréstimos e financiamentos - não circulante	196.795	315.654
Dividendos e JCP a pagar – circulante	179.474	179.474
Dividendos e JCP a pagar – não circulante	146.038	146.038
Empréstimos - partes relacionadas – não circulante	22.779	22.779
Outras a pagar	13.769	13.769
	671.526	793.735

b. Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras ou econômicas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia. Inclui o risco das variações das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços das *commodities*.

Em 2024, não houve exposição relevante ao risco de mercado. As exposições existentes e o mapa de descasamento de indexadores são acompanhados.

Em virtude de obrigações financeiras assumidas pela Companhia, denominadas em dólares norte-americanos, foi implementada uma política de proteção cambial que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco, em que são contratadas operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo “*swap*”.

Instrumentos derivativos

A Companhia contratou operação de “*swap*” de fluxo de caixa com o objetivo de minimizar o risco de exposição de taxa de juros e câmbio frente ao arrendamento financeiro (Nota 12) contratado. Essa operação consiste na troca de taxa de juros pré-fixada em reais por taxa de juros em dólar mais variação cambial.

As operações de “*swap*” em aberto em 31 de dezembro de 2025 estão demonstradas a seguir:

Descrição	Taxa	Controladora e Consolidado		
		Valor referencial Nocional	Valor justo	Efeito acumulado até 31/12/2025
Banco Safra				
Ponta ativa – pré-fixada	15,2% a.a.	140.057	148.285	-
Ponta passiva - variação cambial	US\$ + 7,63% a.a.	140.057	163.569	(15.284)
Total geral do valor líquido a pagar – longo prazo		-		(15.284)

Descrição	Taxa	Controladora e Consolidado		
		Valor referencial Nocional	Valor justo	Efeito acumulado até 31/12/2025
Banco Safra				
Ponta ativa – pré- fixada	15,2% a.a.	142.852	148.028	
Ponta passiva - variação cambial	US\$ + 7,63% a.a.	142.852	190.463	(42.435)
Total geral do valor líquido a pagar – longo prazo		-		(42.435)

O saldo passivo de R\$ 15.284 (em 2024 – saldo passivo de R\$ 42.435) refere-se ao ajuste líquido a pagar, calculados a valor de mercado em 31 de dezembro de 2025, dos instrumentos financeiros derivativos em aberto naquela data, registrados na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos" no passivo não circulante. O efeito líquido no resultado de 2025 soma o ganho de R\$ 27.151 (em 2024, perda de R\$ 63.468).

c. Risco de moeda

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras na contratação de instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui 3 contratos de empréstimos em moeda dólares americanos (Nota 12).

A exposição em moeda estrangeira está apresentada no quadro a seguir, dos empréstimos em dólar:

	Controladora e Consolidado 2025		Controladora e Consolidado 2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos - circulante	101.584	-	2.735	-
Empréstimos - não circulante	66.028	66.028	185.769	185.769
Total	167.612	66.028	188.504	185.769

- Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos sujeitos a esse risco. Os valores correspondentes aos efeitos no resultado do exercício foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras sendo que as taxas de câmbio utilizadas no saldo provável foram adicionadas aos percentuais de deterioração de 25% e 50% para os cenários A e B.

Operação	Risco	Exposição em moeda estrangeira	Cenário Provável	Efeito em R\$ no resultado	
				Cenário A 25%	Cenário B 50%

Empréstimo	Dólar	(9.269)	(51.002)	(12.677)	(25.468)
Empréstimo	Dólar	(3.090)	(17.001)	(4.226)	(8.489)
Empréstimo	Dólar	(18.103)	(99.608)	(24.757)	(49.739)
			167.612	(41.660)	(83.696)
Moeda em 31/12/2025 ¹ Dólar			5,50	6,87	8,25

(1) Taxa do câmbio conforme Boletim Focus divulgado em 02 de janeiro de 2026.

d. Risco de taxa de juros

Análise de sensibilidade

As variações mais significativas estão atreladas às operações pós-fixadas registradas no grupo de aplicações financeiras.

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre as aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2026, ou até o vencimento de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição ³ em R\$	Consolidado – Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário Provável ¹	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	117.764			
Efeito sobre as aplicações financeiras		21.056	26.320	31.584
Total do efeito		21.056	26.320	31.584
Aumento do CDI ²		14,90%	18,63%	22,35%

(1) Taxa de 31/12/2025 divulgada pela B3;

(2) A premissa adotada consistiu em: cenário provável acrescidos das variações percentuais, considerando o produto contratado (120% do CDI) – Nota 4

(3) Os valores em exposição não consideram os efeitos de impostos retidos na fonte.

Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro abaixo a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas.

Ativos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	132.277	194.209	138.072	194.300
	132.277	194.209	138.072	194.300
Ativos financeiros pelo valor justo por meio de resultados abrangentes				
Títulos e valores mobiliários	111.995	101.627	111.995	101.627
	111.995	101.627	111.995	101.627

Ativos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativos financeiros pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	-	1	8	12
Aplicações financeiras	131.526	188.972	136.706	188.972
Contas a receber de clientes	75	83	799	640
Empréstimos - partes relacionadas	-	29	-	29
Dividendos a receber	311.848	140.114	311.848	140.114
Outros ativos	2.532	4.659	2.556	4.542
	249.474	333.829	249.795	334.309

Passivos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado				
Instrumentos derivativos	15.284	42.435	15.284	42.435
	15.284	42.435	15.284	42.435
Outros passivos financeiros				
Empréstimos	309.466	338.739	310.016	338.739
Fornecedores e contas a pagar	2.052	1.533	2.409	1.622
Empréstimos - partes relacionadas	22.779	12.000	-	12.000
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	325.512	89.346	331.026	89.346
Outras contas a pagar	13.769	34.117	13.769	34.213
	673.566	475.736	657.207	475.920

23 Transações que não afetam o caixa

A Companhia e suas controladas realizou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as seguintes transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa, conforme requerido pelo pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Compensação de impostos retidos na fonte		2.110	1.720	2.173	1.720
Efeito da variação cambial e juros sobre empréstimos em moeda estrangeira		11.224	41.621	11.224	41.621
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa de períodos anteriores		-	298	-	298
Ganho (Provisão para perda) – derivativos	22.b	27.151	(63.468)	27.151	(63.468)

24 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro de naturezas diversas, contratados com as principais seguradoras do país. Essas apólices foram definidas conforme o programa do grupo e levaram em consideração a natureza e o grau de risco envolvido, em valores de cobertura suficientes para seus ativos.

A Companhia não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

.....

Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz
Diretora Presidente

Cássia Casamassa Fonseca
Controller - CRC 1SP 255.695/O-7

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 062EF993-2F68-4225-8B3C-63FF2119DE36

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: 1904765_DF_2025_RUASINVEST_30032026_VF_CLIENTE.pdf

Área:

Envelope fonte:

Documentar páginas: 57

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 4

Rubrica: 0

Igor Da Silva Tanaka

Assinatura guiada: Ativado

Av. Higienópolis 1100

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Londrina, PR 86020-911

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

ISTANAKA@kpmg.com.br

Endereço IP: 170.85.19.14

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Igor Da Silva Tanaka

Local: DocuSign

31/03/2026 18:08:14

ISTANAKA@kpmg.com.br

Eventos do signatário

Giovani Ricardo Pigatto

ID: 192.006.828-71

gpigatto@kpmg.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP-Brasil

Emissor: AC Certisign RFB G5

CPF do signatário: 19200682871

Assunto: CN=GIOVANI RICARDO
PIGATTO:19200682871

Assinatura

DocuSigned by:
Giovani Ricardo Pigatto
026194482C3A49D...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 177.69.198.21

Política de certificado:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.3.6

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

http://icp-brasil.certisign.com.br/repositorio/dpc/AC_Certisign_RFB/DPC_AC_Certisign_RFB.pdf

Registro de hora e data

Enviado: 31/03/2026 18:10:33

Visualizado: 31/03/2026 18:11:27

Assinado: 31/03/2026 18:12:25

Assinatura de forma livre

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 16/01/2026 15:18:04

ID: 024990fc-167f-4124-8268-4dcc232f76d5

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	31/03/2026 18:10:33

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Entrega certificada	Segurança verificada	31/03/2026 18:11:27
Assinatura concluída	Segurança verificada	31/03/2026 18:12:25
Concluído	Segurança verificada	31/03/2026 18:12:26

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: RODRIGOMAHLOW@kpmg.com.br

To advise KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at RODRIGOMAHLOW@kpmg.com.br and in the body of such request you must

state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to RODRIGOMAHLOW@kpmg.com.br and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to RODRIGOMAHLOW@kpmg.com.br and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. during the course of your relationship with KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA..